

RECURSO ESPECIAL Nº 1.834.655 - RS (2019/0256706-2)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
RECORRIDO : **CRISTIANE SIRANGELO**
ADVOGADOS : **RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Consta dos autos que CRISTIANE SIRANGELO foi pronunciada como incurso no art. 121, §2º, II e IV, c/c art. 14, II, ambos do Estatuto Repressivo (homicídio qualificado tentado), para julgamento perante o Tribunal do Júri (fls. 252/256).

Interposto recurso em sentido estrito defensivo, foi parcialmente provido para afastar as qualificadoras descritas na denúncia (motivo fútil e do recurso que dificultou a defesa da vítima), nos termos de acórdão que recebeu a seguinte ementa (fl. 301):

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO TENTADO. ANIMUS NECANDI QUALIFICADORAS.

1. No procedimento dos delitos dolosos contra a vida, ao juízo de pronúncia basta o convencimento quanto à materialidade do fato e a constatação de indícios suficientes de autoria ou participação. Assim é porque se trata de mero juízo de admissibilidade da acusação, do que resulta dispensável o grau de certeza inerente às sentenças de mérito. No caso concreto, os indícios integrantes dos autos são suficientes a apontar a viabilidade acusatória, afigurando-se acertada a pronúncia da acusada.

2. A desclassificação da imputação para outra que não da competência do júri, ao final do judicium accusationis, depende de juízo de certeza acerca da ausência de animus necandi. A dúvida, inerente à existência de duas versões com igual viabilidade, impõe a pronúncia da recorrente, em atenção à competência constitucionalmente assegurada ao Tribunal do Júri. Admissibilidade da acusação mantida.

3. Em que pese constatada a ausência de fundamentação da decisão no tocante às qualificadoras, a matéria se encontra preclusa para o Ministério Público, o qual não apôs

irresignação adequada em momento oportuno. Inteligência da Súmula nº 160 do Supremo Tribunal Federal. Impraticável declarar nulidade em recurso exclusivo da defesa quando esta, sanada, poderia agravar a situação do réu.

Qualificadoras denunciadas afastadas.

RECURSO PROVIDO EM PARTE.

Opostos aclaratórios ministeriais, foram rejeitados (fls. 327/335).

Em sede de recurso especial, o *Parquet* alega negativa de vigência aos artigos 572, III, 573, *caput*, 577, parágrafo único, e contrariedade ao art. 617, todos do CPP, sustentando não ter havido preclusão para órgão acusatório pela não interposição recursal quanto ao alegado vício de fundamentação na decisão de pronúncia.

Destaca que as hipóteses constantes nos incisos III, "d", "e", "g", "h", e IV, do art. 564, do CPP não contemplam o apontado vício na fundamentação, bem como não há que se falar em preclusão por inércia do *Parquet*, pois *"inexistia, naquele momento, interesse do órgão ministerial em ver reformada a decisão de pronúncia, tendo em vista que a ré restou pronunciada nos exatos termos da exordial ofertada."* (fls. 348/349), nos termos preconizados pelo art. 577, do CPP, que inadmite seja interposto recurso sem interesse na reforma ou modificação da decisão que lhe era favorável, sendo inadmissível tal interposição da irresignação constante no aresto profligado.

Consigna que não obstante o art. 617, do CPP não permite o reconhecimento de nulidade em recurso exclusivo da defesa, em face da possibilidade de *reformatio in pejus*, *"tal providencia não determinaria qualquer agravamento na situação da ré"* (fl. 349), pois a máxima modificação seria a manutenção da decisão de primeira instância, sem incremento na pronúncia.

Afirma que o retorno dos autos à origem para retificação da fundamentação não geraria nenhum prejuízo à defesa, já que tal decisão também estaria sujeita ao duplo grau de jurisdição, contraditório, ampla defesa e o devido processo legal, elencando julgado desta Corte Superior nesse sentido, não havendo que se falar em preclusão quanto ao afastamento das qualificadoras.

Pugna pelo provimento do apelo nobre a fim de que haja o retorno dos autos à origem, para retificação da fundamentação atinente às qualificadoras da decisão de

pronúncia (fls. 341/351).

Contrarrazões às fls. 358/364.

O Ministério Público, em seu parecer de fls. 389/395, opina pelo provimento do apelo nobre.

É o relatório.

Decido.

O recurso merece prosperar.

Primeiramente, cabe destacar excerto do acórdão vergastado a respeito da ausência de fundamentação das qualificadoras, *verbis* (fls. 307/311):

Confirmo, pois, o juízo de pronúncia.

Acresço que, em se tratando de homicídio qualificado, a incidência de eventuais qualificadoras constantes da denúncia também deve encontrar respaldo mínimo no conjunto probatório dos autos.

E consoante entendimento jurisprudencial assentado, as qualificadoras, enquanto circunstâncias constitutivas do tipo penal e por refletirem diretamente no desvalor da conduta imputada, devem ser submetidas, como regra, a julgamento pelo Tribunal do Júri. Apenas excepcionalmente, quando ausente substrato probatório mínimo a ampará-las, é que se afigura possível sua exclusão já nesta do feito.

Quanto ao ponto, tenho que assiste razão à Defesa em postular seu afastamento. Isso porque, analisada a decisão de pronúncia proferida, inexistente substrato probatório mínimo indicado na decisão recorrida a manter a incidência das qualificadoras descritas na exordial.

No caso concreto, ao se manifestar quanto ao juízo de pronúncia, em especial quanto à admissibilidade das qualificadoras denunciadas, o juízo originário assim discorreu em sua decisão, in verbis.

[...]

Passo, pois, à análise das qualificadoras.

Veja-se que há indicativos, nos autos, de que o crime teria sido cometido em razão de desentendimentos havidos entre a ré e a vítima referente aos horários em que Alex ficaria com sua filha. Assim, não se pode descartar, de plano, a caracterização da futilidade, de modo que cabe ao júri decidir a respeito.

Ainda, da mesma forma, o emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima não pode ser afastado de plano. Há elementos, nos autos, que acenam no sentido de que a acusada agiu de inopino, dificultando a ação defensiva por parte da vítima. Então, cabe ao Conselho de Sentença decidir

acerca da existência dessa circunstância e, na hipótese positiva, se dificultou, ou não, a defesa da vítima.

É nestes termos que vai a pronúncia. [...].

Pois bem.

Como visto, não há na fundamentação destacada qualquer referência ao caso concreto. Trata-se de explanação de motivos genérica, abstrata, que destaca a imputação formulada, mas não aponta quaisquer considerações e transcrições dos elementos probatórios dos autos a acusação encontra suporte, sequer mencionando as páginas dos autos, a bem da verdade, trata-se de mera reprodução do teor da denúncia.

Não desconheço que a fundamentação da decisão de pronúncia é limitada à constatação da materialidade e de indícios suficientes de autoria - e no tocante às qualificadoras, à verificação de indícios suficientes da sua ocorrência -, dado que a competência para o julgamento da acusação - e como consequência, para a valoração da prova - é do Tribunal do Júri.

Não obstante isso, é preciso, mesmo na pronúncia, um exame mínimo da prova, em juízo de cognição horizontal, no sentido de constatar e apontar os elementos de prova que amparam a hipótese acusatória e, em princípio, contradizem a defensiva, justificando assim a pronúncia. Tanto se aplica também à admissibilidade das qualificadoras.[...].

Retornando ao caso concreto, observo que o magistrado de piso nem ao menos mencionou as eventuais páginas em que constatou os elementos necessários à admissibilidade das qualificadoras denunciadas.[...]

Conforme já referido, não há referência em quais elementos probatórios as qualificadoras denunciadas encontram amparo, o que macula a decisão recorrida. O juízo de admissibilidade pressupõe exame mínimo da prova dos autos, superficial e desprovido de juízo de valor, mas suficiente a indicar em quais provas a imputação encontra embasamento, circunstância não verificada na decisão recorrida.

Além do mais, verifico também que o órgão ministerial não se manifestou em momento oportuno acerca da mácula existente no decisor, deixando, por exemplo, de veicular embargos declaratórios ou irresignação específica acerca do ponto, na forma de recurso em sentido estrito. Assim, tem-se como preclusa a matéria em relação ao órgão ministerial, não sendo passível a declaração de nulidade em sede de recurso exclusivo da defesa quando, sanada esta, a situação processual do réu poderia restar agravada. [...]

E conclui nos seguintes termos (fl. 312):

Verifica-se claramente, pois, haver vício de fundamentação na decisão de pronúncia quanto à incidência das qualificadoras, tendo em vista que o magistrado originário não após qualquer fundamentação idônea a justificá-la, amparada nos elementos probatórios, limitando-se a decisão de pronúncia a narrar os termos contidos na peça acusatória.

Logo, no caso concreto, não resta alternativa senão o afastamento das qualificadoras descritas pelo órgão ministerial.

Voto, pois, por dar parcial provimento ao recurso defensivo, ao efeito de afastar da pronúncia as qualificadoras descritas na denúncia.

Por sua vez, consta na denúncia (fls. 2/3):

FATO DELITUOSO:

No dia 31 de maio de 2015, por volta das 18h, rio da Rua Seis, Acesso Dezesseis, nº 273, Vila Ceffer II, Bairro Jardim Carvalho, nesta Capital, na via pública, a denunciada, mediante golpes de arma branca (auto de arrecadação fl. 09), tentou matar ALEX DA SILVA CARVALHO, somente não consumando seu intento por circunstâncias alheias a sua vontade, quais sejam, não ter logrado êxito em atingir a vítima em órgão letal, bem como a intervenção de terceiros que o impediram de concretizar sua ação delituosa.

Na ocasião, a vítima foi levar um lanche para sua filha que mora com a mãe, no caso, a denunciada. Quando a vítima estava conversando com sua filha dentro de seu carro, a denunciada se aproximou e começou a lhe insultar. A vítima, por sua vez, a ignorou, pois estava na presença de sua filha, oportunidade na qual a denunciada puxou uma faca e atingiu a vítima. Esta, ao ser atingida, reagiu e conseguiu desarmar a denunciada que passou a lhe desferir socos, momento no qual familiares da denunciada a seguraram, fazendo com que cessasse a agressão.

O crime foi praticado por motivo fútil, pois ocorreu pelo fato de CRISTIANE ter discutido com a vítima referente aos horários que esta ficaria com sua filha.

O crime foi praticado mediante recurso que dificultou a defesa do ofendido, uma vez que a denunciada agiu de inopino, dificultando a ação defensiva por parte da vítima.

Assim agindo, incorreu a denunciada CRISTIANE SIRANGELO nas penas do artigo 121, parágrafo 2.º, inciso II (motivo fútil) e IV (recurso que dificultou a defesa), combinado com o artigo 14, inciso II, todos do Código Penal, razão pela qual oferece o Ministério Público a presente denúncia, requerendo que, recebida e autuada, seja a

denunciada citada para apresentar resposta escrita, sejam inquiridas as pessoas a seguir arroladas, procedido ao interrogatório, preenchidas as demais formalidades legais, até decisão de pronúncia e final condenação pelo Tribunal do Júri.

Pois bem.

Verifico que o *Parquet* deixou de interpôs qualquer recurso após a pronúncia, ante a manifesta ausência de interesse recursal, pois exarada nos exatos termos da denúncia, não havendo que se falar em preclusão.

Outrossim, de fato, a fundamentação das qualificadoras na pronúncia se mostrou mínima, com excessivo comedimento, sendo mister sua retificação, conforme firme entendimento desta Corte Superior, de que, "*conquanto o § 1º do artigo 413 do Código de Processo Penal preveja que "a fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena", não há dúvidas de que a decisão que submete o acusado a julgamento pelo Tribunal do Júri deve ser motivada, inclusive no que se refere às qualificadoras do homicídio, notadamente diante do disposto no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, que impõe a fundamentação de todas as decisões judiciais".[...] (HC 273959, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 05/05/2014). No mesmo sentido:*

RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA NÃO COMPROVADA. PRONÚNCIA. QUALIFICADORAS DO MOTIVO TORPE E DO RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NULIDADE DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. EFEITO SUSPENSIVO PREJUDICADO.

1. [...]

3. Prevê o § 1º do art. 413 do CPP que a pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena, de forma fundamentada.

4. Ausente, contudo, fundamentação mínima quanto à incidência das qualificadoras do motivo torpe e do recurso que impossibilitou a defesa da vítima, deve ser anulada a sentença de pronúncia.

5. Recurso provido para anular a sentença de pronúncia, determinando ao Juízo processante que proceda à necessária fundamentação, em nova pronúncia, relativamente à incidência das qualificadoras, e julgar prejudicado o pedido de efeito suspensivo (REsp 1816307, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 16/09/2019).

Diante do exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea “a”, do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, dou provimento ao recurso especial para cassar o acórdão recorrido de fls. 300/312 e determinar o retorno dos autos à instância de origem, a fim de que se proceda à retificação da fundamentação das qualificadoras da decisão de pronúncia.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator